

INVESTIGAÇÃO

Apreensão de bens e “estranheza” da defesa

Advogado de Ciro Nogueira critica operação que mirou o senador e cita Lava-Jato

» ALICIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA
» ALINE GOUVEIA
» AMANDA FEITOZA

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que defende o senador Ciro Nogueira (PP-PI), criticou a decisão que autorizou mandados de busca e apreensão contra o parlamentar, na 5ª fase da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, que investiga as fraudes do Banco Master.

Em coletiva de imprensa realizada após a ação da Polícia Federal, Kakay afirmou que a medida causa “estranheza” por, segundo ele, ter sido baseada em informações extraídas do celular de terceiros.

Segundo o advogado, a defesa teve acesso apenas à decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e ainda desconhecia o conteúdo completo da investigação. Ele frisou que o próximo passo será solicitar acesso integral aos autos para compreender os fundamentos da operação e os elementos reunidos pela Polícia Federal.

Ele comparou o caso aos métodos adotados durante a Operação Lava-Jato e argumentou que o STF consolidou entendimento segundo o qual medidas invasivas precisam de “corroboração externa” além de delações ou mensagens isoladas. “Não se pode fazer uma medida simplesmente com base em delação”, frisou.

Kakay declarou que a ação da PF ocorreu de forma “respeitosa e tranquila”, sem “espetacularização”, e minimizou as apreensões realizadas no endereço do senador, incluindo veículos e celulares. Segundo ele, não há preocupação da defesa em relação ao material recolhido pelos investigadores.

Ao comentar suspeitas de que empresas ligadas à família de Ciro Nogueira teriam sido utilizadas para supostos repasses financeiros, o advogado negou irregularidades e afirmou que as companhias são antigas e mantêm atividades legítimas. O advogado disse ainda desconhecer detalhes sobre os negócios investigados e afirmou que a defesa irá apurar a origem das

Ed Alves/CB/D.A Press



Policiais federais fizeram busca e apreensão na residência do senador Ciro Nogueira no Lago Sul



Se surgir algum dia na vida alguma denúncia que seja comprovada, eu, enquanto senador Ciro, renuncio ao meu mandato

Ciro Nogueira (PP-PI), senador, em declaração em março

transações mencionadas pela Polícia Federal.

O advogado também rebateu suspeitas relacionadas à atuação parlamentar do senador em pautas de interesse do Banco Master. Segundo ele, faz parte da atividade de deputados e senadores apresentar propostas e emendas voltadas a setores específicos da economia.

Kakay citou decisões anteriores do STF que reconheceram a legitimidade desse tipo de atuação legislativa, desde que não haja comprovação de ilegalidade.

“Eu renuncio”

Em março, Nogueira afirmou que abriria mão do mandato parlamentar caso fossem comprovadas denúncias envolvendo seu nome nas investigações das fraudes relacionadas ao Master.

Na ocasião, durante um evento no Piauí, o presidente nacional do PP disse que não permaneceria na vida pública caso tivesse envolvimento comprovado no caso.

“Se surgir algum dia na vida alguma denúncia que seja comprovada, eu, enquanto senador Ciro, renuncio ao meu mandato. Eu jamais vou voltar ao meu estado, olhar o povo da minha terra olho no olho se eu não tiver autoridade e a confiança desse povo”, assegurou a jornalista. A declaração foi lembrada por intermédios, ontem, nas redes sociais.

A operação da PF, ontem, cumpriu 10 mandados de busca e

apreensão e um mandado de prisão temporária nos estados de São Paulo, Piauí e Minas Gerais e no Distrito Federal.

A decisão judicial autorizou, ainda, o bloqueio de bens, direitos e valores no valor de R\$ 18,85 milhões.

A decisão do ministro André Mendonça, que autorizou a operação, cita que a Polícia Federal aponta a identificação da suposta conduta do senador Nogueira em favor de Vercaro, em troca de propina.

Mendonça proibiu Nogueira de manter contato, por qualquer meio (inclusive telefônico ou telemático), com testemunhas ou demais investigados na Operação Compliance Zero.

“A proibição a Ciro Nogueira de contato com demais investigados é necessária e cabível, dada a existência demonstrada de vínculos diversos com os membros da organização criminosa, além da possibilidade de utilização de sua rede de influência para destruição de provas ou intimidação de testemunhas, garantindo a perpetuação da organização criminosa no aparelho estatal”, diz o documento.

O que diz a emenda a favor do banco

» RAFAELA GONÇALVES

As investigações da Polícia Federal apontam que o senador Ciro Nogueira (PP-PI) apresentou ao Senado uma emenda redigida com auxílio do Banco Master para ampliar a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão por investidor. A proposta, segundo a apuração, era estratégica para o modelo de negócios do banco, que cresceu oferecendo aplicações de alta rentabilidade protegidas pela garantia do fundo.

De acordo com a PF, assessores do Master enviaram a Nogueira o texto da emenda em um envelope identificado com o nome do senador. A investigação sustenta que “a proposta apresentada ao Senado reproduziu integralmente a versão encaminhada pelo banco” e afirma que, após a publicação da emenda, o banqueiro Daniel Vercaro comentou que “saiu exatamente como mandei”.

Também conforme os investigadores, “há notícia de circulação, a partir de sua residência, de minutos de outros projetos legislativos de interesse particular, posteriormente remetidas ao gabinete parlamentar”.

A chamada “emenda Master” foi apresentada em agosto de 2024 dentro da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, que trata da autonomia financeira do Banco Central. O texto propunha elevar o teto de cobertura do FGC e submeter o

Rovena Rosa/Agência Brasil



Garantia maior do FGC beneficiaria modelo de negócios do Master

fundo à regulação pública por meio do Conselho Monetário Nacional (CNM), sob o argumento de alinhamento a padrões internacionais. Na justificativa, Nogueira citou o sistema de garantia dos Estados Unidos, que cobre até US\$ 250 mil por depositante.

“Por consequência, o aumento da garantia para novos patamares demonstra seriedade nacional de equiparar o valor da moeda (moeda nacional e moeda estrangeira) e a segurança dos investimentos”, escreveu o senador na proposta.

A justificativa ainda usa as crises

do Silicon Valley Bank, nos Estados Unidos, e do Credit Suisse, na Suíça, para defender maior participação do poder público nos mecanismos de proteção ao sistema financeiro. “Um fundo exclusivamente privado, por maior que seja constituído, não atende a esta demanda”, afirma o texto ao citar o caso do banco suíço.

Argumentos

A proposta também sustenta que cerca de “90% dos esquemas de garantia de depósitos” no

mundo têm natureza pública. Outro argumento apresentado é que a ampliação da cobertura do FGC ajudaria a aumentar a concorrência no setor bancário, evitando “o monopólio dos serviços para as instituições mais tradicionais e maiores”.

Para investigadores, a mudança teria impacto direto no funcionamento do Banco Master. A instituição atraía investidores oferecendo retornos acima da média do mercado em produtos cobertos pelo FGC. Segundo a PF, os recursos captados eram direcionados para operações consideradas de alto risco e, em alguns casos, suspeitas de fraude.

O Banco Central decretou a liquidação do Master em novembro, após o agravamento da crise financeira da instituição. Com a quebra, o FGC precisou acionar sua garantia para ressarcir investidores em até R\$ 250 mil por CPF, provocando um impacto estimado em R\$ 52 bilhões, incluindo instituições ligadas ao conglomerado, como o Will Bank e o Banco Pleno.

Na avaliação dos investigadores, caso o limite proposto pela emenda estivesse em vigor, a exposição financeira do fundo poderia ter sido ainda maior. O FGC é uma entidade privada abastecida pelos próprios bancos e criada para evitar efeitos sistêmicos em casos de quebra bancária. A suspeita da PF é que o Master teria se beneficiado dessa proteção para ampliar a venda de produtos financeiros considerados insustentáveis.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



A “química” entre Lula e Trump na Casa Branca funcionou mais uma vez

Apesar do cenário glamouroso da Casa Branca, o cardápio do almoço entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Donald Trump foi quase um feijão com arroz. Após a conversa formal entre ambos, os dois almoçaram salada de alface-romana com jicama (uma espécie de nabo mexicano, antioxidante, rico em vitamina C, E, selênio e betacaroteno), gomos de laranja, abacate com molho cítrico. O prato principal foi bife grelhado com purê de feijão preto, minipimentões doces e relish de rabanete com abacaxi. De sobremesa, pêssegos caramelizados e torta de panna cotta com mel, acompanhados de sorvete de crème fraîche. Trump dispensou a laranja, como fizera com os temas mais polêmicos das relações entre os dois países.

O almoço serve de alegoria do encontro, que marcou uma inflexão importante nas tensas relações entre a Casa Branca e o governo brasileiro. Não é pouca coisa, depois de meses de fricções diplomáticas, agravadas pelo tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros, pelas sanções contra autoridades nacionais e pela aproximação do trumpismo com o bolsorismo. Com a reunião, por ora, a política externa voltou ao terreno do pragmatismo. A química pessoal entre os dois líderes funcionou melhor do que se imaginava: os temas mais explosivos foram cuidadosamente evitados ou empurrados com a barriga, e o resultado político foi amplamente favorável ao Palácio do Planalto.

Para Lula, o encontro representou um verdadeiro gol de placa do ponto de vista político, num momento em que o governo enfrenta dificuldades internas, desgaste econômico e forte polarização eleitoral. As imagens do presidente brasileiro sorrindo ao lado de Trump, circulando pela Casa Branca e sendo chamado pelo republicano de “dinâmico” têm enorme valor simbólico e, certamente, serão usadas durante a campanha eleitoral. O gesto sinaliza que as relações entre Brasília e Washington podem até melhorar, apesar das diferenças ideológicas evidentes entre os dois governos.

A reunião durou quase três horas, ou seja, foi muito além do previsto, por causa do almoço. Esse detalhe foi explorado politicamente por Lula. “A reunião demorou um pouco mais do que o previsto, certamente porque eu gostei e ele também gostou”, afirmou o presidente brasileiro. Houve descontração, brincadeiras sobre a Copa do Mundo, referências à “química” entre ambos e até a definição de Lula de que a relação foi “amor à primeira vista”. Trump, por sua vez, publicou mensagem elogiosa na Truth Social, destacando que a conversa foi “muito boa” e que novas reuniões ocorrerão nos próximos meses.

Essa atmosfera não foi casual. A experiente e pragmática diplomacia brasileira trabalhou para evitar armadilhas. O protocolo da Casa Branca, a pedido de Lula, foi alterado para que não houvesse a entrevista coletiva agendada antes do encontro, como é de praxe na Casa Branca. Lula preferiu não falar com a imprensa antes da conversa reservada, evitou o risco de constrangimentos públicos ou perguntas embaraçosas diante das câmeras no Salão Oval. A decisão impediu que a reunião fosse transformada num espetáculo de tensão, como ocorreu em episódios recentes envolvendo Trump e outros líderes estrangeiros, em função de eventuais declarações descontextualizadas.

Fuga para a frente

Do ponto de vista objetivo, porém, os temas mais delicados simplesmente não avançaram. A classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas, assunto muito sensível para o governo brasileiro, sequer entrou na pauta. O Pix, alvo de investigação comercial americana, também foi deixado de lado. Lula admitiu que esperava tratar do tema, mas como Trump “não tocou no assunto”, também deixou a questão de lado. As eleições no Brasil foram igualmente escanteadas. Lula fez questão de dizer que não discutiria apoio político ou eleições com qualquer presidente estrangeiro.

Trocando em miúdos, os assuntos potencialmente explosivos serão administrados por canais diplomáticos e técnicos, sem contaminação política direta entre os dois chefes de Estado. Foi uma espécie de acordo tácito, pragmático. Nem Trump quis transformar o encontro numa cobrança pública, nem Lula tinha interesse em abrir conflitos que pudessem comprometer o simbolismo político da aproximação.

O eixo central da conversa acabou sendo comércio, investimentos e segurança. Lula insistiu que os Estados Unidos perderam espaço econômico no Brasil para a China porque deixaram de investir na América Latina. Ou seja, se Washington quiser recuperar influência estratégica na região, precisará voltar a disputar projetos, infraestrutura e investimentos reais. Foi uma forma hábil de lembrar aos americanos que a presença chinesa no Brasil não decorre de alinhamento ideológico, mas de pragmatismo econômico.

Há interesses concretos dos EUA em jogo. O acesso aos minerais críticos brasileiros, sobretudo terras raras, é uma prioridade estratégica americana na disputa tecnológica e geopolítica com Pequim. Lula quer explorar isso politicamente, como o presidente Getúlio Vargas fez, durante a Segunda Guerra Mundial, ao negociar com americanos e alemães, até decidir enviar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália, para lutar ao lado dos Aliados, e receber em troca a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. O Brasil tratará as terras raras como questão de soberania nacional, porém, os investidores americanos serão bem-vindos; Lula quer investimentos, tecnologia e agregação de valor, sem alinhamentos automáticos nem exclusividade geopolítica.